

Plenário "Vereador Oscar Porfírio Neto"

Projeto de Lei

Nº 0001-2018

Início Tramitação 11-01-2018

Publicado no Jornal:_

Ementa

Dispõe sobre o conserto de buracos e valas abertos em vias e passeios públicos pelas prestadoras, permissionárias e concessionárias de serviços públicos e dá outras providências.

Autor Mário César Garms Thimóteo Vereador

Norma	N.º	
Data:		



PROJETO DE LEI Nº 0/2018

Dispõe sobre o conserto de buracos e valas abertos em vias e passeios públicos pelas prestadoras, permissionárias e concessionárias de serviços públicos e dá outras providências.

- Art. 1° As prestadoras contratadas, permissionárias e concessionárias de serviços públicos, que em razão de suas atividades operacionais, para instalação ou manutenção, danifiquem calçadas, pavimentos ou asfaltos das vias públicas, ficam obrigadas a promoverem o calçamento, recapeamento ou asfaltamento do pavimento retirado, no prazo de 72 horas após o término da operação.
- Art. 2° As referidas empresas e seus terceiros, ficam proibidas de realizarem demolição de vias públicas sem prévia autorização.

Parágrafo único. Em caso de emergência, a municipalidade deverá ser comunicada pelas referidas empresas ou seus terceiros em até 48 horas.

- Art. 3° Para assegurar a qualidade do calçamento, pavimentação ou asfaltamento, as referidas empresas e seus terceiros deverão garantir a sinalização e o isolamento da área afetada pelo serviço até sua efetiva finalização.
- §1º. Ao realizar a recuperação da via, as referidas empresas e seus terceiros, ficam obrigadas a fazê-lo observando a qualidade do material utilizado, que deve ser igual ou superior ao anteriormente empregado, restabelecendo as condições originais de nivelamento, segurança e conforto para o usuário.
- §2º. As referidas empresas e seus terceiros deverão dar garantia mínima de 24 meses nos serviços de recuperação realizados em calçadas ou asfalto
- §3º. As referidas empresas ou seus terceiros, quando solicitados pela municipalidade, deverão comprovar a existência de responsáveis técnicos pelas obras de recuperação de vias públicas.
- Art. 4º As obrigações de que trata esta lei é de responsabilidade das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, ainda que as obras que causaram as valas e os buracos tenham sido realizadas por terceiras contratadas por estas empresas.
- Art. 5° As medidas relacionadas à imposição de penalidade e a competente fiscalização do cumprimento do disposto na presente Lei serão regulamentadas pelo Poder Executivo.



Art. 6° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Estância Turística de Paraguaçu\Paulista, 11 de janeiro de 2018.

MÁRIO CÉSAR GARMS THIMÓTEO Vereaddr

JUSTIFICATIVA:

É do conhecimento de todos a situação precária da pavimentação asfáltica de Paraguaçu Paulista. A cidade está toda esburacada ocasionando grandes transtornos e prejuízos a população. Para piorar existem concessionárias que abrem valas nas ruas para realizarem manutenções e não restauram o asfalto em um tempo adequado ou com a qualidade necessária.

O fato dos buracos e valas ficarem abertos em vias públicas ocasionam grandes transtornos, riscos de acidentes e restringem o direito de ir e vir da população.

Já a falta de qualidade do serviço de asfaltamento por parte das concessionárias ou terceiros é observada tanto no desnível do asfalto novo como na ocorrência de infiltrações que ocasionem problemas futuros naquele local abrindo novos buracos.

Esta lei visa disciplinar o conserto de buracos e valas abertos em vias e passeios públicos pelas prestadoras, permissionárias e concessionárias de serviços. Um serviço ágil e de qualidade deverá trazer economia ao município e principalmente maior segurança e conforto a população paraguaçuense.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 11 de janeiro de 2018.

MÁRIO CÉSAR GARMS THUÔTEO